PEQUENA HISTÓRIA DAS DOUTRINAS ECONÓMICAS

EDIÇÃO DA UNIÃO NACIONAL EM COLABORAÇÃO COM O SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO

LISBOA
1945

BIBLIOTECA DO TRABALHADOR

Edições da União Nacional em colaboração com o Secretariado Nacional da Informação

---

Livros publicados:

I — Cartilha Corporativa
II — Pequena História das Doutrinas Económicas

Livros a publicar:

Manual de Política Social
Compêndio de Sociologia
Rudimentos de Economia Política
etc.

OFERTA
DA
UNIÃO NACIONAL

PEQUENA HISTÓRIA
DAS
DOUTRINAS ECONÓMICAS

PEQUENA HISTÓRIA

DAS

DOUTRINAS ECONÓMICAS

Edição da U. N.
e do S. N. I.

INTRODUÇÃO

O homem pode tomar duas atitudes diferentes perante os factos sociais : a do cientista e a do moralista ou político. No primeiro caso limita-se a procurar conhecer a realidade presente ou passada, a analisar o seu mecanismo e a descobrir as suas leis. No segundo caso faz sôbre essa mesma realidade uma apreciação, um juízo de valor, e procura saber quais são os defeitos e como poderá ser reformado o regime social existente, traçando os princípios e as linhas gerais de um regime superior.

Essas duas atitudes referidas aos factos sociais de natureza económica colocam-nos, na primeira hipótese, no domínio da ciência económica ou economia política e na segunda, no campo valorativo das **doutrinas económicas.**

Estas são, pois, largas apreciações do conjunto dos factos económicos que encerram um sistema ou um programa a adoptar pelos govêrnos para a resolução dos variados

e complexos problemas a que êsses factos dão lugar. As doutrinas económicas são, como disse um notável economista contemporâneo, «fôrças em acção». Daí a sua importância prática e a utilidade do seu estudo.

Um exame consciencioso das diversas doutrinas económicas não deve esquecer, por outro lado, as múltiplas influências do meio em que elas nascem e vivem, o que é fundamental para lhes descobrir o verdadeiro sentido e atribuir-lhes o justo valor.

As doutrinas económicas não possuem a mesma coloração quando se enquadram no período da Idade Média dominado pelo espírito religioso, ou no nacionalismo e utilitarismo do século XVIII, no materialismo e pragmatismo do século XIX e no personalismo da época presente. A par destas influências do meio intelectual e filosófico fazem-se sentir as condições de ordem política. As doutrinas possuem necessàriamente uma diversa orientação se nascem numa atmosfera de paz ou de guerra, num ambiente de nacionalismo ou de internacionalismo. Finalmente as próprias transformações do meio económico são susceptíveis de influir sôbre as doutrinas económicas impondo-lhes determinada orientação consoante elas nascem num sistema dominan-

temente agrícola ou num sistema baseado na indústria artesanal ou na grande indústria mecânica e concentrada.

Nestas breves páginas se procurará dar uma idéia, quanto possível exacta, das grandes concepções económicas do passado e das orientações fundamentais do presente. O conhecimento de umas e de outras torna-se indispensável a quem, de boa fé e apoiado nos resultados da ciência, queira ter uma idéia verdadeira da vida social, económica e política dos nossos dias.

ESCOLAS PRECURSORAS E CRIADORAS DA ECONOMIA POLÍTICA

O MERCANTILISMO

Os descobrimentos do continente americano e da rota marítima para a Índia provocaram transformações profundas na vida política dos diversos Estados europeus.

Portugal cria um vasto Império e ao Império português segue-se o Império espanhol que deu à Europa o espectáculo de uma opulência sem par, que coincidiu de uma maneira flagrante com o afluxo dos metais preciosos vindos da América e lançados em caudais sôbre a Europa. Esta coincidência da opulência espanhola e da importação de metais preciosos do Novo Mundo fez nascer nalguns espíritos a convicção de que para um Estado desenvolver a sua prosperidade deveria aumentar ao máximo o seu «stock» monetário.

Esta convicção enraïzou-se de tal forma nos espíritos que durante os séculos XVI e XVII orientou tôda a política económica dos Estados europeus. A esta política deu-se o nome de **mercantilismo** e traduz-se, empre-

gando sistemas diversos, no objectivo fundamental de aumentar ao máximo o «stock» monetário nacional.

Olhando aos diversos sistemas adoptados para se atingir êste fim o mercantilismo apresenta-se sob três formas principais: a forma espanhola, a forma francesa e a forma inglêsa.

A forma espanhola do mercantilismo é cronològicamente a primeira e é também a mais rudimentar. Dá-se-lhe também o nome de **metalismo** ou **bulionismo**, da palavra inglesa **bullion** que significa ouro ou prata em barra.

Para se obter o desejado aumento das reservas monetárias adoptam-se neste sistema medidas directas no sentido de impedir que o ouro e a prata saiam do país e promover por outro lado a sua entrada.

Obrigam-se os navios exportadores que largam da Espanha com carga para outros países a trazer em **numerário**, em ouro e em prata, o equivalente dessa carga. Por outro lado impõe-se aos navios importadores, que tragam do exterior mercadorias para a Espanha, que levem em mercadorias uma parte pelo menos do valor da sua carga.

Estas duas regras completando-se impedem a saída de numerário e promovem a sua entrada. Dêste modo a política mercan-

tilista atinge os seus objectivos e a prosperidade económica do país cresce dia a dia.

As dificuldades de se poder fiscalizar tôdas as operações comerciais externas e a adopção das mesmas medidas pelos outros países veio mostrar que, na prática, êste sistema não produzia grandes resultados.

Assim nasceu uma segunda forma de mercantilismo, a forma francesa do **mercantilismo industrial.**

Neste novo sistema abandonam-se os meios de acção directa sôbre os movimentos da moeda e procura-se conseguir o mesmo resultado pelo desenvolvimento da indústria. E prefere-se a indústria à agricultura pois que se considera esta submetida aos **caprichos da natureza** possuindo, além disso, os produtos agrícolas um **fraco valor específico.** Procura-se portanto desenvolver a produção industrial que permite ao país vender no estrangeiro produtos de grande valor. Quanto mais produtos caros o país exportar mais aumentarão as entradas de metais preciosos.

Esta forma de mercantilismo é chamada francesa porque foi seguida sobretudo em França pelo grande homem de Estado, Colbert, cuja política industrial foi imitada no estrangeiro por outros notáveis políticos como Cromwell, em Inglaterra, Frederico-o-

-Grande, na Prússia, Pedro-o-Grande, na Rússia, e o Conde de Ericeira e o Marquês de Pombal, no nosso país.

A terceira forma do mercantilismo é a forma inglêsa ou do **mercantilismo comercial.**

Os seus principais teóricos são Thomas Mun e Josiah Child. O seu objectivo fundamental é sempre o mesmo : aumentar as reservas monetárias. Mas agora já não é com a indústria mas sim com o comércio que se conta. Os defensores dêste novo sistema, servindo-se dos exemplos históricos dos fenícios e cartagineses, sustentam que não é pela indústria que um país enriquece, mas sim pelo tráfico com o estrangeiro.

A ESCOLA FISIOCRÁTICA

Os mercantilistas foram os precursores da moderna ciência económica, tendo sido os seus verdadeiros fundadores por um lado os partidários da **escola fisiocrática** e por outro o célebre economista inglês Adam Smith, a quem já se chamou «o pai da Economia Política».

Dá-se o nome de fisiocrática à escola de filósofos e economistas que se agrupou à volta de Quesnay, médico da célebre Madame de Pompadour, nascido em 1694 e falecido em 1774.

A doutrina desta escola pode-se sintetizar em três proposições fundamentais:

1.ª — **Existe uma «ordem natural das coisas».**

Isto quere dizer que se os homens não intervierem no mecanismo dos factos económicos e deixarem as coisas desenvolverem-se livremente, elas se encadearão segundo uma ordem determinada.

O fim da ciência económica, para os fisiocratas, é de descobrir esta **ordem natural e espontânea.** Quesnay, que era médico, compara a circulação das riquezas, no corpo social, à circulação do sangue no organismo humano. Segundo os fisiocratas a sociedade é composta por três classes entre as quais a riqueza circula. Em primeiro lugar, temos a **classe agrícola,** ou seja os exploradores da terra, a que Quesnay chama a classe produtora. Desta classe irradia o fluxo das riquezas, desempenhando, portanto, na sociedade o mesmo papel que o coração no corpo humano. Em segundo lugar, existem as classes dos industriais e dos comerciantes, que os fisiocratas consideram as classes estéreis. Isto não significa que os fisiocratas considerem os industriais e os comerciantes como parasitas e inúteis; entendem simplesmente

que a indústria e o comércio, ao contrário da agricultura, não criam riqueza, transformando apenas a riqueza preexistente.

Na agricultura o homem trabalha com a colaboração da natureza. No fim de uma campanha agrícola o agricultor obtem da terra, na forma de colheitas, mais do que êle lhe deu. Forneceu-lhe o seu trabalho e retira dela o produto dêsse trabalho e do trabalho da natureza.

Na indústria e no comércio as coisas já não se passam assim. Não existe a colaboração da natureza e, portanto, não há criação de riqueza, mas apenas simples transformação e combinação da riqueza preexistente, o que não quere dizer que o produto fabricado não valha mais do que a matéria prima que serviu para o fabricar. Os fisiocratas pretendem sòmente que, no valor do objecto fabricado, se acha apenas, além do valor da matéria prima, o das subsistências, que os industriais, os comerciantes e os seus empregados, consumiram durante o período das operações de produção.

2.ª — A ordem natural das coisas é, de tôdas as combinações possíveis, a mais vantajosa para o género humano.

Se o homem não intervém no mecanismo

económico, os factos encadeiam-se segundo um ritmo harmonioso. E isto sucede porque a ordem natural é desejada por Deus. Como Deus é bom, determinou que os homens devem ser felizes. Portanto é evidente que a ordem natural tem probabilidades de ser mais conforme com o interêsse geral do que qualquer combinação humana artificial.

3.ª — Daqui deduzem a **terceira proposição** que é a conclusão do sistema: **Se há uma ordem natural, que é a melhor possível, devemo-nos abster rigorosamente de intervir no mecanismo económico** — deixemos as coisas desenvolverem-se livremente e ordenarem-se espontâneamente.

Dêste modo os fisiocratas colocam-se em oposição aos mercantilistas. Êstes entendem que o Estado deve agir sôbre os movimentos dos metais preciosos, directa ou indirectamente, para elevar ao máximo o poderio nacional. Os fisiocratas opõem-se enèrgicamente a esta tese, porque para êles as regulamentações humanas nunca poderão valer a ordem natural das coisas. Chegaram, portanto, a esta fórmula que resume tôda a sua doutrina: **laissez faire, laissez passer** — deixai fazer, deixai passar — que se tornou também o lema da escola liberal cujo inspirador máximo foi Adam Smith.

ADAM SMITH

Adam Smith nasceu numa pequena aldeia da Escócia em 1723 e faleceu em 1790. Interessando-se primeiro pelo estudo da filosofia, psicologia e moral, dedicou-se mais tarde ao estudo da economia escrevendo em 1776 a obra que o imortalizou : **«Ensaio sôbre a natureza e as causas da riqueza das nações».**

O pensamento de Smith encontra-se em muitos pontos com o dos fisiocratas. Como êles, Adam Smith, pensa que existem leis naturais e que a ciência económica tem por objecto descobri-las. Como êles também, pensa que a melhor atitude dos poderes públicos em matéria económica é a abstenção. Preconiza portanto o **laisser faire, laisser passer** e é, por isso, um dos fundadores da escola liberal.

Afasta-se e ultrapassa, porém, as conclusões a que chegaram os fisiocratas no seguinte :

1.º — Enquanto a escola fisiocrática apresenta um fundamento metafísico do deísmo do século XVIII para explicar a ordem natural, Adam Smith aponta como fundamento desta ordem um facto de ordem psicológica. Observa que os homens são geralmente mo-

vidos por motivos de interêsse pessoal. Ora êstes interêsses pessoais realizam espontâneamente o interêsse geral; as actividades individuais abandonadas a si próprias, asseguram pelo encadeamento espontâneo, a adaptação da oferta à procura, da produção às necessidades.

2.º — O **método** empregado por Smith é, por outro lado, diverso do método dos fisiocratas. Êstes utilizavam de preferência a dedução. Para Adam Smith é pela observação dos factos que poderemos construir a ciência económica.

3.º — Finalmente, Smith afasta-se dos fisiocratas nas **conclusões** a que chegou. Smith é mais maleável que os fisiocratas. Partindo do método experimental chegou a conclusões moderadas e relativas. Admite, por exemplo, bastantes correcções à fórmula geral **laisser faire, laisser passer.**

Nas suas linhas gerais as teorias dos fisiocratas e as de Adam Smith aproximam-se. Umas e outras ficaram demais a dever o seu êxito e a sua rápida difusão ao facto de corresponderem às necessidades da época que as viu nascer. Encontramos aqui uma prova evidente das relações íntimas entre as doutrinas económicas e o meio.

Por um lado verificamos uma concordância entre os pontos de vista agrários dos fi-

siocratas e as necessidades da época. No momento em que se desenvolveu o sistema fisiocrático, a agricultura, especialmente em França, necessitava muito que viessem em seu auxílio. Ela tinha sido a grande sacrificada do mercantilismo. A teoria da produtividade exclusiva da classe agrícola, cientìficamente falsa, possui assim uma espécie de legitimidade histórica.

Por outro lado, a conclusão comum aos fisiocratas e a Adam Smith é liberal e anti-regulamentarista. Ora no século XVIII todos os ramos da produção, tanto a indústria e o comércio como a agricultura, necessitavam de liberdade pois viviam asfixiadas no quadro rígido de uma apertada regulamentação.

O LIBERALISMO ECONÓMICO

A ESCOLA LIBERAL INGLÊSA

A escola liberal divide-se em duas correntes fundamentais. Se nos referirmos à nacionalidade dos seus principais representantes, uma é a corrente inglêsa, outra a corrente francesa. Se considerarmos o espírito das suas teorias, uma é a corrente pèssimista, outra a corrente optimista.

A corrente pèssimista inglesa é representada por dois notáveis economistas: o pastor protestante Robert Malthus e o banqueiro israelita David Ricardo.

Êstes autores e os seus discípulos elaboraram um corpo de doutrinas que se caracteriza por uma aliança do pèssimismo e do liberalismo: pèssimismo nas teorias económicas; liberalismo nas conclusões práticas. À volta destas duas idéias se podem agrupar as teses essenciais da corrente pèssimista inglêsa.

Malthus e Ricardo tinham uma visão bastante sombria do mundo económico. O seu pèssimismo apoia-se sôbre duas teorias

de que êles são os inventores: **a teoria maltusiana da população e a teoria ricardina da renda.**

Malthus pretende que a população tem uma tendência natural para crescer mais ràpidamente do que as subsistências. Para melhor fazer compreender a sua teoria, Malthus deu-lhe uma expressão numérica, dizendo que a população cresce segundo uma progressão geométrica, enquanto que as subsistências crescem segundo uma progressão aritmética. Conclui-se que fatalmente há-de surgir um desequilíbrio entre a população e as subsistências. Para estabelecer o equilíbrio não existem, segundo Malthus, senão duas espécies de meios: uns são os meios repressivos, que aumentam brutalmente a mortalidade: guerras, epidemias, fomes; outros, os meios preventivos, que consistem na restrição voluntária da natalidade.

A teoria ricardiana da renda da terra resume-se dêste modo: à medida que os homens se tornam mais numerosos e que, devido à civilização, as suas necessidades aumentam e se diversificam, a procura de produtos agrícolas (especialmente o trigo) aumenta também. Torna-se necessário para os produtores de trigo fazer face a esta si-

tuação, para o conseguirem, Ricardo vê apenas dois processos : pode-se, em primeiro lugar continuar a cultivar as mesmas terras, intensificando-se a produção pelo emprêgo de mais adubos e mão de obra o que levará no entanto, muito em breve, ao ponto em que começa o **rendimento não proporcional,** ou seja, dobrando as despesas não se consegue aumentar no dôbro a produção. Se os gastos com a terra passam de 100 para 200, a produção aumenta de 100 para 180. Cada hectolitro de trigo passará a ter um custo de produção superior ao anterior. Pode-se recorrer então a um segundo processo : cultivar as terras que ainda não foram cultivadas, porque eram menos férteis que as primeiras. Mas como estas terras têem uma fecundidade menor, será preciso fazer mais despesas para se conseguir obter o mesmo rendimento de 100 hectolitros de trigo. O resultado será o mesmo que no primeiro caso : cada novo hectolitro de trigo tem um custo mais elevado que os obtidos precedentemente.

Chega-se dêste modo à seguinte situação : o mercado do trigo é abastecido por fornecimentos vindos de diversa origem e com preços diversos : nêsse mercado oferece-se aos preços de 8, de 10 e de 12, por exemplo. A que preço se deverá vender o

trigo? Não a menos de 12, porque senão os produtores que o têem de vender a êste preço abandonariam a sua cultura. Vendido o trigo ao preço uniforme de 12, automàticamente ficarão os produtores, que venderiam a 8 ou a 10, a ganhar, além do lucro normal, mais a diferença que vai para 12, ou seja, 4 e 2. É a êste ganho, que não é produto de qualquer despesa ou esfôrço, que Ricardo chama a **renda da terra.**

Quem é o beneficiário desta renda? Não são os cultivadores, pois êstes recebem-na dos compradores mas não a conservam; são antes os proprietários agrícolas que no final vêem a beneficiar dêsse acréscimo de lucro.

O pèssimismo de Malthus e de Ricardo não os impede, no entanto, de se conservarem **liberais** nas suas conclusões práticas.

Os pèssimistas inglêses observam que no mundo há muita miséria, pobreza e desigualdades. Mas pensam que elas são inevitáveis e que não é possível diminuí-las ou suprimi-las por meio de uma regulamentação das relações económicas. O facto de alguns indivíduos terem fome provém do desiquilíbrio entre os recursos naturais e a população. Êste mal não pode ser corrigido pela acção dos poderes públicos, pela intervenção dos legisladores; é fatal e inevitável.

A ESCOLA LIBERAL FRANCESA

A corrente optimista francesa é representada por dois economistas que viveram à distância de quási meio século um do outro: Jean Baptiste Say e Frédéric Bastiat.

a) Jean Baptiste Say, nascido em 1768 e falecido em 1832, foi o tradutor da obra de Adam Smith e durante muito tempo considerado como um simples vulgarizador das idéias dos clássicos inglêses. Mas na verdade, Jean Baptiste Say, embora perfilhasse alguns princípios da escola inglêsa, elaborou, no entanto, uma obra original, fruto da sua experiência pessoal.

A obra dêste notável economista francês é dominada pela transformação económica a que assistiu, ou seja, o comêço da nova era industrial. As suas observações sôbre o sistema industrial, que então surgia por tôda a parte, foram optimistas. Examinando os efeitos da introdução do maquinismo no sistema da produção chegou à conclusão que uma máquina pode por vezes provocar o desemprêgo de alguns operários, mas que, por outro lado, o maquinismo, permitindo vender mais barato e, portanto, em maiores quantidades, torna-se necessário a extensão das emprêsas: os operários despedidos ao princípio da fábrica, podem mais tarde voltar ao trabalho.

b) Outro representante da escola liberal francesa foi Frédéric Bastiat, que nasceu em 1801 e faleceu em 1850.

Bastiat, tal como Jean Baptiste Say, é optimista nas suas conclusões económicas. Neste aspecto a sua teoria mais curiosa é a que pretende explicar o valor das coisas.

O que determina o valor de troca é a importância do **serviço** prestado pelo produtor ao consumidor, afirma Bastiat. O valor da coisa é elevado quando esta presta um grande serviço social. O diamante vale mais do que o pão (apesar de ser menos útil) porque como é mais difícil de se obter um diamante do que um pão, aquêle que o fornece a quem o deseja, presta-lhe um serviço assinalado.

Bastiat distingue, em economia política, o que se vê do que se não vê e afirma que freqüentemente se critica as instituïções económicas existentes, porque se observa apenas à superfície as aparências, o que se vê. Quando se leva a análise mais longe, quando se penetra o mecanismo das instituïções, verifica-se que, feitas as contas, elas apresentam mais vantagens do que inconvenientes. O **laissez faire, laissez passer** é, pois, a conclusão lógica desta maneira de vêr as coisas.

A REACÇÃO CONTRA A ESCOLA LIBERAL

A ESCOLA HISTÓRICA

A reacção contra os princípios da escola liberal surge nos princípios do século XIX (isto é, pouco depois da constituïção desta escola), desenvolve-se sobretudo na década de 1840-1850 e atinge o seu apogeu no terceiro quartel do século XIX, entre 1850 e 1875.

Os ataques contra a escola clássica ou liberal tomaram três formas diversas: a) ataque contra o **método** dos clássicos, que foi obra da **escola histórica** alemã; b) ataque contra as conclusões económicas dos clássicos, que foi obra da doutrina da **economia nacional**; c) e ataque contra as conclusões sociais dos clássicos, que foi obra das **escolas intervencionistas** e **socialistas.**

A importância da escola histórica alemã deve ser encarada no duplo aspecto **crítico** e **construtivo.**

No seu aspecto crítico ataca, com bastante veemência, o método e as conclusões da escola liberal. Os seus adeptos censuram os clássicos de ter construído as suas teorias

sôbre uma psicologia demasiadamente simplista e de ter imaginado que a natureza humana é sempre a mesma em tôdas as épocas. Esta maneira de ver é, para êles, superficial e inexacta, pois existem tantas psicologias como épocas e o único meio para conhecer o comportamento real dos indivíduos é o de reportarmo-nos à história, de colocarmos os homens nos meios onde viveram.

Servindo-se de um método errado, os liberais formularam teorias demasiadamente gerais. O corpo de doutrinas por êles criado foi apresentado como tendo um valor universal e perpétuo, pretendendo explicar a vida económica de **todos os tempos** e de **todos os países.** Ora não existem doutrinas que possuam um tal alcance, nem leis que sejam verdadeiras para tôdas as sociedades. **Cada época tem as suas leis próprias e as suas doutrinas que só a ela lhe convém.**

Os partidários da escola histórica estão todos de acôrdo quanto a esta parte crítica. Mas já assim não sucede no que se refere à parte **construtiva.** Todos se referem à história, mas nem todos lhe pedem exactamente o mesmo socorro. Deve-se, a êste respeito, distinguir na escola histórica três variantes :

a) A primeira, na ordem cronológica re-

presentada por Roscher, é a da história simplesmente **ilustrativa.** Roscher adopta as teorias dos clássicos, apoiando-as com exemplos tirados da história. Não pede ao passado fundamento das teorias, mas ùnicamente a sua **ilustração.** Esta primeira variante não é uma verdadeira reacção contra a escola clássica pois continua a adoptar as suas teses, contentando-se apenas em ilustrá-la com exemplos históricos.

b) Uma segunda variante, que marca o apogeu da escola histórica alemã, é a da história **explicativa.** É em particular a concepção d'Hildebrand e de Knies. Hildebrand repudia como falsas tôdas as teorias dos liberais e sustenta que em economia não existem leis naturais.

c) Finalmente, uma terceira variante, representada pelo sector mais jovem da escola, é a da história **descritiva.** Não pretende descobrir as leis **estáticas,** como os clássicos, nem as leis **dinâmicas** como Hildebrand ou Knies; limita-se apenas a descrever minuciosamente, em todos os seus pormenores, as instituïções económicas: as do **passado,** segundo as fontes históricas; as do **presente** por meio de **monografias** acompanhadas de **estatísticas.**

A DOUTRINA DA ECONOMIA NACIONAL

O alemão Frederico Liszt publicou em 1841 a sua célebre obra «Sistema nacional de Economia política», cujo título é já por si bem elucidativo, ou seja porque nos revela o fundador da chamada escola de **economia nacional.**

Liszt escreveu a sua obra depois de ter visitado longamente os Estados Unidos e ter ficado impressionado com a diferença das condições económicas dêste país com as da Alemanha. Por outro lado Liszt escreveu no momento em que a Alemanha hesitava sôbre a política aduaneira que deveria seguir. Estava-se em 1841, alguns anos antes da constituïção do Zollverein, que estabeleceu a unidade económica da Alemanha ; e punha-se o problema de saber que atitude adoptaria o Zollverein. Barreiras aduaneiras moderadas ou proteccionismo ? Liszt exige um refôrço de proteccionismo e na defesa dêste ponto de vista sustenta duas noções novas : a do **nacionalismo económico** e das **fôrças produtivas nacionais.**

O nacionalismo económico opõe-se ao universalismo dos liberais. Preocupados em formular leis gerais possuindo um valor universal, os liberais tinham relegado para

o último plano a divisão do mundo em nações.

Liszt protesta contra semelhante opinião. Para êle as nações são unidades naturais de que o economista não pode fazer abstracção. Estas nações têem fôrças muito desiguais, aptidões muito variadas. Não pode pois convir a tôdas a mesma política. Algumas delas possuem suficientes riquezas latentes, elementos produtivos, para atingirem o estado que Liszt reputa ideal: poder desenvolver harmònicamente a sua **indústria**, a sua **agricultura** e o seu **comércio**. Nem tôdas as nações podem atingir êste ideal; existem desherdadas da fortuna, cujo sub-solo é pobre e cujo clima é desfavorável.

Mas quando uma nação (e Liszt pensava neste caso na Alemanha) possui recursos suficientes para alimentar todos os ramos da produção, é seu dever atingir êsse estado **complexo** de nação **normal**.

Para êste efeito, pode ser necessário adoptar, pelo menos temporàriamente, uma **política proteccionista**.

A idéia de fôrça produtiva nacional opõe-se à idéia clássica de valor de troca. Se se considera o mundo das coisas económicas no mero ponto de vista do indivíduo, o ideal é aumentar os seus prazeres. A economia individualista, construída sôbre a base do

interêsse pessoal, coloca em primeiro plano o gôzo das satisfações actuais e a posse do máximo dos valores imediatamente trocáveis. Se, pelo contrário, se adoptar o ponto de vista do **interêsse nacional,** possuindo a nação uma duração indefinida (ou pelo menos muito longa) a inquietação do futuro torna-se preponderante. Compreender-se-á que por vezes o sacrifício do presente se impõe para aliviar e salvaguardar o futuro e não se hesitará em renunciar aos valores actuais se, por esta renúncia, as fôrças produtivas da nação de algum modo beneficiarem.

O INTERVENCIONISMO

Para compreendermos a reacção das escolas intervencionistas e socialistas contra as conclusões sociais da escola liberal, é necessário reportarmo-nos às condições do meio histórico na qual ela surgiu.

O fim do século XVIII e o comêço do século XIX viram nascer e triunfar o **liberalismo** e o **industrialismo.** Turgot, o eminente político francês, perfilhou, nas suas linhas gerais, as conclusões liberais dos fisiocratas. Chegado ao poder, tentou realizar os seus pontos de vista por meio de diplomas que aboliam as corporações e os entraves

postos à circulação dos cereais; mas não conseguiu levar a cabo êste plano. A Revolução, porém, triunfou onde Turgot falhara. Um dos primeiros resultados da actividade da Assembléia Constituinte (da qual faziam parte grande número de fisiocratas) foi a supressão das corporações e do que restava do mercantilismo. Foi a Revolução que criou o chamado «meio livre» e derrubou as barreiras regulamentares que se opunham à actividade dos indivíduos na ordem jurídica.

Paralelamente, na **ordem técnica**, grandes descobertas transformaram completamente a fisionomia da indústria, nos fins do século XVIII, em Inglaterra, apesar dos seus efeitos só se terem sentido verdadeiramente nos princípios do século XIX. Foi então que surgiu a grande indústria mecânica e concentrada.

Ora no comêço do século XIX surgiu um certo número de fenómenos sociais muito graves, que prenderam a atenção de todos os observadores.

Em primeiro lugar, uma **espantosa miséria operária**, que foi revelada ao público, em França, por um inquérito feito pelo Dr. Villerné, em 1835 e 1836. Na indústria téxtil, em especial, os operários eram muito mal pagos, os períodos de trabalho excessivamente longos e empregava-se na condução e

vigilância das máquinas grande número de mulheres e de crianças de pequena idade.

Por outro lado, surgiram nos princípios do século XIX (e renovaram-se quási periòdicamente de dez em dez anos), **crises de sôbre-produção** que se traduziram numa baixa repentina dos preços, num engorgitamento geral dos mercados e em falências em grande número, provocando nas classes trabalhadoras terríveis crises de desemprêgo.

A observação dêstes factos sociais deploráveis determinou o aparecimento de doutrinas novas, que tentaram remediar êstes males, atenuando ou suprimindo o que, segundo êles, constituía a causa do mal.

A primeira forma da reacção contra o abstencionismo social dos liberais foi o **intervencionismo,** representado sobretudo por dois nomes : o genovês Sismondi e o francês Dupont-White.

Sismondi foi a princípio liberal e discípulo de Adam Smith. A observação da miséria operária e uma viagem à Inglaterra (onde o industrialismo estava já mais desenvolvido de que em França), levaram-no a mudar completamente de opinião. Abandona então as teorias liberais e defende o intervencionismo, em duas obras publicadas em 1819 e em 1837.

Sismondi mostrou-se muito impressio-

nado pelos efeitos económicos e sociais do industrialismo: miséria operária e crises gerais de sôbre-produção. Comparou o industrialismo ao **aprendiz de feiticeiro** da célebre balada de Goethe. Na ausência do seu mestre, o aprendiz de feiticeiro desencadeia as fôrças misteriosas de que descobrira o segrêdo; mas se as soube desencadear não foi capaz, porém, de as refrear. Do mesmo modo, era de receiar que as fôrças económicas desencadeadas pelo industrialismo não pudessem mais ser contidas. Se se pretendia evitar de ir até o fim da aventura do aprendiz de feiticeiro, deveria o **Estado** ou o **patronato** canalizar e manter nos justos limites o esfôrço do industrialismo.

Desta idéia geral se deduz um **programa de reformas práticas.** Sismondi pede em primeiro lugar que o Estado proíba o trabalho nas fábricas das mulheres e das crianças, assim como o trabalho aos domingos. Nestes pontos conseguiu Sismondi triunfar. Actualmente o trabalho industrial das crianças está rigorosamente interdito em tôda a parte. Do mesmo modo o trabalho aos domingos é, em regra, proíbido.

Por outro lado, agindo sôbre o patronato, Sismondi reclamou que os poderes públicos obrigassem a garantir os operários contra os riscos sociais (ou seja as doenças, a velhice,

a invalidez e o desemprêgo). Ainda neste aspecto as idéias de Sismondi triunfaram, pelo menos de uma maneira parcial. Todos os países modernos tendem a proteger os operários contra os diversos riscos a que estão sujeitos.

O segundo grande defensor do intervencionismo, Dupont-White, defende, nas suas obras principais, publicadas em 1857 e 1860, a idéia de que numa sociedade progressiva, as atribuïções económicas do Estado devem desenvolver-se normalmente. Dupont-White combate deliberadamente a afirmação liberal de uma convergência espontânea dos interêsses privados no sentido do interêsse geral. Tôda a liberdade necessita de ser regulada, se não leva ao domínio da fôrça. Dupont-White manifesta pouca confiança nos indivíduos como agentes do progresso e chega mesmo a dizer que o indivíduo «é o eterno obstáculo de que estão eriçadas as vias de civilização». Êste pèssimismo em relação ao indivíduo tem como contra-partida uma confiança extrema no Estado. O homem colocado no Govêrno pode elevar-se acima dos conflitos particulares e dos pontos de vista da classe, podendo dêste modo assegurar a proeminência dos interêsses colectivos, do bem público. Donde estas fórmulas bem características : «O Estado é o homem menos

a paixão. De qualquer modo que seja constituído, o Estado vale mais do que os indivíduos».

A conclusão prática destas idéias teóricas traduz-se num vasto programa de acção pública em matéria de transportes, de moeda e de comércio. Em todo o caso Dupont-White proclama que a criação do capital é obra dos particulares ; o Estado deve abster-se desta missão que não lhe pertence.

A esta mesma conclusão chegou um grupo de universitários alemães conhecidos sob o nome de «socialistas de cátedra», cuja doutrina recebeu uma consagração famosa com o célebre **Manifesto de Eisenach** em 1872. Entre os protagonistas dêste movimento encontram-se os nomes de representantes da escola histórica, como Schmoller e Wagner. E isto mostra-nos que as diversas modalidades da reacção contra o liberalismo, por vezes se encontram. O relativismo no tempo dos históricos aproxima-se do relativismo no espaço da escola da economia nacional. A reacção contra o abstencionismo social dos liberais foi, por vezes, a conclusão dos estudos feitos com o espírito e o método da escola histórica.

O qualificativo de **socialismo catedrático** não deve, no entanto, prestar-se a confusões. Os congressistas de Eisenach não pretende-

ram ir até o verdadeiro socialismo. Reclamavam que o Estado regularizasse e fiscalizasse a actividade económica e social, mas entendiam que os limites das suas atribuïções deveria ser fixado em cada país e em cada época, como conseqüência de um estudo minucioso do meio e não em virtude de um princípio **a priori**. Preconizavam a inspecção das fábricas e o «contrôle» dos bancos, mas não rejeitavam, de nenhum modo, o princípio da propriedade privada.

O SOCIALISMO IDEALISTA

Já nos referimos ao intervencionismo como primeira forma da reacção contra o abstencionismo social da escola liberal. Vamo-nos agora ocupar da segunda forma: o socialismo idealista.

O socialismo principiou a desenvolver-se sobretudo em França nos começos do século XIX. Há quem pretenda achar-lhes as origens muito antes, por vezes em épocas bastante recuadas. Alguns autores vão até o ponto de considerar Platão como o primeiro socialista, apoiando-se no facto do autor do «Banquete» ter preconizado o regime

da comunidade dos bens para o escol social. O espírito de Platão não era porém igualitário. Se êle recomendava a propriedade colectiva para a élite social era apenas com a idéia de que as classes mais elevadas deveriam ser libertas das preocupações materiais afim de se poderem consagrar inteiramente à defesa da Cidade, à vida política.

No século XVIII surgiu em França uma pleiade de escritores animados de ardentes desejos de justiça social e que criticavam a ordem existente porque originava enormes desigualdades sociais. Estas primeiras tentativas de socialismo foram porém mais de carácter moral e filosófico do que económico.

Foi no início do século XIX que surgiram doutrinas socialistas com um conteúdo pròpriamente económico.

Em Inglaterra há que mencionar o nome de Robert Owen que foi sucessivamente operário, pequeno patrão e director de uma importante fábrica de fiação de algodão na Escócia. As suas idéias económicas e sociais evoluiram bastante. Tentou primeiro organizar nas suas emprêsas **instituïções de patronato**, partindo da idéia que o patrão deve realizar o bem dos seus operários. Tendo-se convencido de que esta concepção era quimérica, Robert Owen tentou em seguida fazer funcionar na Escócia e nos Estados Uni-

dos pequenas **colónias comunistas.** O insucesso destas colónias desanimou-o porém, e, no fim da sua vida, pensava que a missão mais urgente era a de realizar uma obra metódica de instrução e de educação das massas operárias.

Em França muitos são os nomes que se ligam ao socialismo idealista.

Mencionaremos apenas os de Fourier, Louis Blanc, Etiénne Cabet, Constantin Pecquer e Pierre Leroux e em especial os de Saint-Simon e Proudhon, porque são a origem de duas correntes doutrinárias de uma importância considerável e que conservam ainda hoje discípulos.

Grande fidalgo e homem de negócios, Saint-Simon, não era verdadeiramente um socialista no sentido técnico do têrmo. Se condenava a sucessão, hesitava porém em propor a supressão da propriedade individual, mas um dos seus discípulos, Bazard, extraíu das suas idéias uma doutrina que desenvolveu em 1828, numa série de conferências a que deu o nome de «Exposição da doutrina de Saint Simon», e que é uma das primeiras e mais completas expressões do socialismo moderno.

Impressor e depois jornalista, Proudhon, legou-nos uma obra considerável. Os seus três livros mais característicos são : 1.º «Sis-

tema das Contradições Económicas», publicado em 1846 e cujo título contrasta com o do livro do corifeu liberal Frédéric Bastiat: «Harmonias Económicas»; 2.º «Da justiça na Revolução e na Igreja», vasto fresco filosófico publicado em 1858; 3.º «Da Capacidade política nas classes operárias», escrito já no fim da sua vida.

Não podendo fazer aqui uma exposição pormenorizada das teses de Saint Simon e de Proudhon, apenas procuraremos caracterizar o seu espírito geral.

Convém notar, em primeiro lugar, que estas doutrinas ultrapassam os domínios da economia política. Contêm uma parte económica, mas geralmente os seus fundamentos são filosóficos e religiosos. E êstes fundamentos explicam a sua orientação umas vezes pèssimista, quanto ao presente, e optimista, quanto ao futuro.

Pelo seu pèssimismo quanto ao presente, as idéias de Saint-Simon e Proudhon opõem-se ao ramo francês da escola liberal. Estudando os grandes factos contemporâneos, o maquinismo e as crises, enquanto os optimistas procuravam atenuar as inquietações a que aquêles factos davam lugar, os sansimonianos e Proudhon insistiam sôbre as suas más conseqüências e condenavam severamente a ordem social existente.

Pelo seu optimismo quanto ao futuro opunham-se ao ramo inglês da escola liberal, cujo pèssimismo era válido para ontem como para hoje, pois tinha por fundamento a verificação da pobreza da natureza em função das necessidades humanas e de uma pobreza que ia aumentando à medida que a história avançava. Os socialistas idealistas eram de opinião que por uma acção reflectida e coordenada os homens poderiam extrair da natureza recursos em tal quantidade que seriam suficientes para manter o desafôgo da humanidade inteira. E a sua convicção fundava-se numa filosofia do progresso e do humanismo.

Assim como ultrapassa os limites do económico, o socialismo idealista ultrapassa também os interêsses da classe operária. Isto significa que o socialismo idealista não conta apenas com a classe operária para realizar a transformação social. Um Saint Simon ou um Fourier, dirigem-se aos sentimentos desinteressados da burguesia e da élite intelectual e põem no primeiro plano da sua construção doutrinal não o interêsse operá rio mas o sentimento da justiça. Para êles o socialismo é um regime que permite, melhor que o estado de coisas então existente, assegurar a igualdade social e realizar o interêsse geral.

O SOCIALISMO CHAMADO «CIENTÍFICO»

Os grandes nomes do socialismo chamado «científico» são quatro: Rodbertus, grande proprietário rural que foi sobretudo um teórico; Lassale, que foi principalmente um agitador; e Karl Marx e Friederick Engels, que convém nomear em conjunto, pois trabalharam em íntima colaboração.

De todos êles o nome de Marx foi o que se tornou mais notável, em virtude de certos partidos operários terem adoptado as suas idéias como programa político. Marx foi o principal obreiro da Primeira Internacional e foi também um fecundo escritor. Duas das suas obras exerceram uma influência considerável: o **Manifesto Comunista,** escrito em 1847 de colaboração com Engels, e **O Capital** cujo primeiro volume foi publicado em 1867, ou seja vinte anos depois do **Manifesto,** tendo o segundo e terceiro volume aparecido a público depois da sua morte, em 1885 e 1894, respectivamente.

A idéia dominante do marxismo é a convicção que uma evolução histórica inevitável conduz as sociedades modernas para o socialismo. Segundo Karl Marx o regime actual (que êle chama capitalismo) é uma **categoria histórica,** isto é, um regime que teve

a sua hora de legitimidade, que correspondeu em determinada época às necessidades da sociedade, mas que não pode ter um valor eterno. O regime capitalista está minado por contradições internas. A mais importante é a antinomia entre o processo colectivo de produção e o processo individual de apropriação. Desde que o maquinismo se propagou e que a grande indústria substituíu a pequena emprêsa, a produção tornou-se colectiva, visto que, para pôr em marcha uma emprêsa moderna, é necessário fazer apêlo a grandes colectividades de trabalhadores. No entanto a propriedade conservou-se privada. Segundo Marx esta antinomia não se poderia manter, sendo fatal que, como a produção, a propriedade se tornaria colectiva.

Esta exposição sumária da concepção marxista permite, no entanto, pôr em evidência as profundas diferenças que existem entre o marxismo e o socialismo idealista.

a) O tema geral do socialismo pre-marxista é a convicção de que os homens estarão cada vez mais em situação de submeter as fôrças económicas. E já se fez notar atrás que esta convicção se baseia numa filosofia geral **racionalista** e **humanista**, que põe em evidência **o poder da razão humana** e crê

que êle é capaz de dominar a natureza e de adaptá-la aos seus fins.

Karl Marx, pelo contrário, crê que o motor da evolução histórica reside na **técnica da produção.** Ela constitue o que êle chama a infra-estrutura das sociedades. Pela transformação desta infra-estrutura económica se explicam as transformações da infra-estrutura social, as concepções morais, religiosas, filosóficas, etc. É o que se chama a **concepção materialista da história.**

b) Em segundo lugar, o socialismo marxista é muito mais estreito que o socialismo idealista, pois se dirige apenas à classe operária. «A emancipação dos trabalhadores, declara o **Manifesto comunista,** será obra dos próprios trabalhadores».

Não haverá uma contradição entre êste apêlo às classes operárias e o materialismo histórico ? Se não é o homem mas a técnica da produção que dirige a história, não serão os operários impotentes para pôr em marcha a revolução social ? Não é mais lógico pensar que a revolução social se fará não quando e porque os operários a querem, mas quando e porque as condições económicas assim o exigem ? Eis como Marx pretende fugir à contradição : o advento do colectivismo é inevitável, diz êle, porque as fôrças económi-

cas trabalham para isso, mas a sua data não está fixada, os operários podem antecipar êsse advento se adoptarem uma técnica apropriada. A tática recomendade por Marx é a **luta de classes**: — o agrupamento dos operários numa classe distinta, que se fará inimiga das outras classes, evitando o mais possível o seu contacto.

A passagem da sociedade capitalista para a sociedade colectivista é explicada por Marx pelo seguinte mecanismo:

Os capitalistas não pagam aos operários um salário que corresponde em absoluto ao valor do trabalho que êles executam, recebendo portanto o produto dêsse trabalho não pago a que Marx chama a **mais-valia.** Dêste facto resulta que o capital vai crescendo progressivamente nas mãos dos capitalistas, que vão estendendo os seus tentáculos realizando assim uma concentração de capitais que vai aumentando mais e mais. Chega-se a um ponto em que os detentores do capital são um número reduzido de privilegiados ao passo que as massas proletárias são uma esmagadora maioria. A passagem para a sociedade colectivista faz-se automàticamente pela apropriação colectiva pelas massas operárias de todos os instrumentos de produção.

Os factos, se não bastassem as inúmeras

exposições teóricas, encarregaram-se de desmentir as previsões de Marx. A época contemporânea não nos fez assistir nem a uma **concentração** de uma tal generalidade que tivesse feito triunfar a grande emprêsa em todos os sectores da vida económica, nem ao empobrecimento crescente das massas operárias cujo nivel de vida foi profundamente elevado em relação à época em que Marx escrevia.

ESTADO ACTUAL DO PENSAMENTO ECONÓMICO

CRISE E REVISÃO DO LIBERALISMO

Nas páginas anteriores fez-se um esbôço das principais doutrinas económicas desde a criação da Economia Política até o movimento de reacção contra os princípios da escola liberal, também chamada escola clássica. As páginas seguintes destinam-se a examinar qual o estado actual do pensamento económico mostrando quais as doutrinas do passado que o mundo moderno herdou e qual a evolução que sofreram. Num breve exame falar-se-á da crise e da revisão das duas grandes concepções antagónicas — a liberal e a socialista — do triunfo mais ou menos completo do intervencionalismo e das rectificações que sofreu e, mais detidamente, do renascimento da idéia corporativa.

Começaremos por mostrar qual foi a crise que no mundo dos factos, por uma aplicação cada vez mais intensa da política proteccionista, sofreu o liberalismo económico, para depois nos ocuparmos da sua moderna revisão doutrinal na forma de **neo-liberalismo.**

Deparamos com o proteccionismo em dois momentos históricos: primeiro sob a forma de **mercantilismo**, nos séculos XVI e XVII, e depois, no século XIX, sob a expressão sistemática de **economia nacional** defendida por Liszt.

No campo doutrinal estas duas ofensivas não conseguiram vencer a liberalismo comercial. O mercantilismo foi refutado por Adam Smith e a imensa maioria dos economistas consideraram esta refutação como decisiva. Liszt, por outro lado, teve poucos discípulos.

Mas se da doutrina passarmos para a prática então a impressão é totalmente diversa. Nos últimos cinqüenta anos o proteccionismo triunfou mais ou menos em tôda a parte. Instalou-se em França, na segunda metade do século XIX, assim como na Alemanha e nos Estados Unidos. Só a Inglaterra se manteve fiel ao livre-cambismo, apesar das formidáveis campanhas de Joseph Chamberlain. Nas vésperas da Grande Guerra ruíu também êste bastião do liberalismo comercial.

A exasperação do sentimento nacional tanto nos velhos países como nos jovens Estados, as dificuldades da produção e da troca durante o período de depressão económica em que entrou o mundo em 1929-1930 e, enfim, o receio de uma nova conflagração mun-

dial suscitaram em todos os países sentimentos misturados de inquietação e de orgulho cujas conseqüências foram:

1.º — Um revigoramento das barreiras alfandegárias (que haviam sido muito aumentadas na Europa pelo tratado de Versalhes);

2.º — A aparição de processos novos, tais como os contingentamentos, que garantem uma protecção ainda mais rigorosa que os direitos aduaneiros e que chegam por vezes a equivaler a uma proïbição completa.

Surge então, em oposição à tese liberal favorável a uma divisão internacional do trabalho, a doutrina, da **autarquia**, que apresenta como uma espécie de ideal para a nação o facto de se bastar a si mesma e de não depender do estrangeiro quanto ao seu abastecimento.

Acolhida sobretudo pela Alemanha e pela Itália no período que precedeu esta guerra, esta política é seguida hoje em grande parte dos Estados, imposta porém pelas condições particulares originadas pela actual conflagração mundial.

No que se refere à política económica interna a evolução dos últimos cinqüenta anos traduz-se também por um recúo geral do liberalismo. Quer se trate das relações entre patrões e operários quer entre produtores e

consumidores, as intervenções dos poderes públicos tornaram-se cada vez maiores.

Em presença dêste progresso gradual do «estatismo» a doutrina liberal limitou-se durante muito tempo a manter firme a sua bandeira sem modificar as suas posições. Os seus protagonistas continuaram a afirmar que o melhor regime económico e social é aquêle que confia inteiramente na iniciativa privada e crê na harmonização espontânea dos interêsses particulares.

De há alguns anos para cá os mais inteligentes liberais parece terem compreendido que para poderem tornar a ter alguma influência sôbre a evolução económica, seria talvez oportuno de, em vez de condenar pura e simplesmente as transformações da economia moderna, adaptar-lhe a sua doutrina. Desta atitude nasceu o movimento **neo-liberal** que nos últimos anos produziu interessantes obras da autoria sobretudo de escritores franceses, austríacos e americanos.

O neo-liberalismo reconhece que na economia moderna (falamos na economia antes da actual guerra) deve ter um lugar importante a intervenção dos poderes públicos sôbre a organização económica. Admite que o capitalismo moderno, abandonado a si mesmo, conduz por vezes a resul-

tados contrários à justiça e contrários também à liberdade de um grande número de indivíduos. Pensa (o que negavam contra a evidência os liberais tradicionais) que a concorrência, se não é vigiada, destrói-se a si mesma e gera o monopólio. E parece-lhe justamente que o papel do Estado em matéria económica deve ser o de actuar para impedir que a concorrência desapareça e para conseguir que a liberdade subsista efectivamente.

Assim adaptada às necessidades do tempo presente o **neo-liberalismo,** mantem-se no entanto **liberal,** pois repudia deliberadamente a substituïção do indivíduo pelo Estado como agente económico. Em resumo: encarrega os poderes públicos simplesmente da missão de manter o «meio livre» e não aceita a intervenção do Estado e do legislador na ordem económica senão para proteger o «meio livre». Contra as coligações de interêsses e as tentativas de monopólio parece-lhe indispensável que o Estado côrra em auxílio das liberdades individuais ameaçadas.

CRISE E REVISÃO DO SOCIALISMO MARXISTA

Assistimos durante meio século ao progresso e à crise do marxismo. Progresso por-

que em quási todos os países onde existiu um movimento socialista poderoso a influência de Marx eliminou, ou afastou para um plano secundário, as outras modalidades do pensamento socialista. Certamente que há poucos operários e até poucos chefes socialistas que leram a obra de Marx. Mas formou-se, para uso das multidões, uma espécie de redução do marxismo que se apoia nestas três bases : teoria da mais-valia, concepção materialista da história e princípio da luta de classes. O êxito dêste marxismo vulgarizado proveio do facto dêle fornecer às massas uma direcção mais nítida, uma explicação mais satisfatória e uma esperança mais sólida do que as outras concepções socialistas. A luta de classes fornece-lhes, na verdade, a base de uma táctica simples e clara. A teoria da mais valia parece uma justificação científica do sentimento que experimentam geralmente os operários que se julgam vítimas de uma exploração. O materialismo histórico dá-lhes a segurança que fôrças inelutáveis trabalham em seu favor e as ajudam a obter o êxito final.

Mas, no entanto, à medida que o tempo passava o marxismo sofria ataques que punham em questão a solidez das suas bases pretensamente científicas. É um facto que a

evolução económica não se conformou estritamente com o esbôço, rigoroso mas um pouco primário, que Marx tinha traçado. A época contemporânea não nos fez assistir nem a uma concentração de uma tão grande generalidade que provocasse o triunfo da grande emprêsa em todos os sectores da vida económica, nem a um empobrecimento crescente das massas operárias cujo nível, de vida, pelo contrário, foi sèriamente melhorado.

O sentimento do desacôrdo entre uma parte do marxismo e a realidade determinou a primeira crise que se situa nos fins do século XIX e princípios do século presente. No seio do socialismo, em face de ortodoxos como Kautsky, ergueram-se os **revisionistas**, que sem negarem a sua qualidade de marxistas, propunham que se distinguisse na doutrina de Marx o que estava vivo e o que tinha sido negado pelos factos.

Depois de 1914 produziram-se grandes transformações políticas e sociais que tiveram uma repercussão profunda sôbre as doutrinas socialistas. O mais importante foi certamente a Revolução bolchevista de 1917. O fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão desempenharam também um importante papel na transformação do socialismo.

Dêstes factos resultaram duas grandes orientações revisionistas contraditórias.

Por um lado uma revisão realista, inspirada pelas lições da Revolução russa e que levou a considerar que a arma política é sem dúvida mais eficaz que a arma económica para a conquista do poder.

Por outro lado, uma revisão idealista que originou um alargamento do espírito e dos meios de acção do marxismo. Enquanto que, na ortodoxia marxista, uma espécie de fatalismo anima a evolução histórica, em Henri de Man (socialista belga cuja obra teve uma enorme repercussão internacional), a filosofia torna-se voluntarista, como era nos predecessores de Marx. A fé socialista funda-se já não sôbre uma necessidade da história, mas sim sôbre a vontade dos homens em conseguir uma sociedade melhor. Paralelamente, o socialismo cessa de ser exclusivamente proletário e estende-se a todos os que se sentem seduzidos pelo ideal de justiça e de libertação que o socialismo pretende incarnar. Esta mesma orientação é seguida em França pelo neo-socialismo de Marcel Déat.

O resultado último dêste trabalho de revisão foi o nacional-socialismo ou socialismo nacional. Deve-se entender por esta doutrina uma espécie de síntese de nacionalismo e

socialismo, que desagradaria certamente a Marx, mas de que a história recente mostra que representa um compromisso viável.

Um dos maiores economistas modernos, Werner Sombart, refutando deliberadamente o marxismo a quem censura pelo seu **materialismo** e **internacionalismo**, faz-se apóstolo de um socialismo nacional que não é substancialmente diferente do hitlerismo.

Outros autores, noutros países, concebem a reforma do socialismo sob uma forma bem diferente, misturando-lhe uma forte dose de individualismo e liberalismo. A tradição socialista francesa inclinou-se sempre nêste sentido. Em Proudhon, e mais recentemente em Georges Renard e em Jaurès, vê-se a preocupação de não sacrificar na organização socialista a liberdade individual.

Em resumo podemos concluir que do marxismo, se permaneceu uma certa mística inconsciente que serve de arma política a certos hipnotizadores das massas, das suas teorias fundamentais nada hoje resta de pé: refutadas pela doutrina e desmentidas cruelmente pelos factos.

ESTADO ACTUAL DAS DOUTRINAS INTERMÉDIAS

O CATOLICISMO SOCIAL E O INTERVENCIONISMO

Na análise que vimos fazendo do estado actual do pensamento económico ocupámo-nos, nas páginas anteriores, da crise e transformação do liberalismo e do marxismo. Vamo-nos referir agora às chamadas escolas intermédias e de um modo especial ao **catolicismo social e ao intervencionismo.**

a) A escola do catolicismo social teve como mestre Le Play que defendia uma doutrina económica fortemente impregnada de tradicionalismo e paternalismo. Nas suas formas modernas, o catolicismo social afastou-se bastante dêsse ponto de partida, tendo encontrado a sua forma definitiva, não sem dificuldades e hesitações, a partir de 1870.

A quarenta anos de distância, duas encíclicas : a **Rerum Novarum** de Leão XIII, em 1891, e a **Quadragesimo Anno** de Pio XI, em 1931, contribuiram poderosamente, pela firmeza dos seus princípios, para delimitar as fronteiras da doutrina. As reuniões chamadas «Semaines Sociales» que antes da actual guerra se realizavam todos os anos

numa cidade da França e cujos trabalhos foram publicados em volumes, constituem a fonte fundamental para quem pretender compreender a doutrina dos católicos sociais sôbre os grandes problemas económicos.

O princípio central do seu programa positivo é a apologia do corporativismo, considerado como o meio de assegurar a **ordem** sem suprimir a **liberdade** e de escapar ao mesmo tempo à **anarquia liberal** e à **opressão socialista.** Mas os oradores das Semanas Sociais esforçam-se bem em precisar que o corporativismo que êles recomendam nada tem de comum com os regimes dos Estados totalitários, os quais pretendem ocultar, por detrás de uma fachada aparentemente corporativa, um verdadeiro **estatismo,** tão hostil ao seu modo de ver cristão como a filosofia em que êle se inspira.

b) De tôdas as grandes doutrinas do século XIX foi, de certo, o intervencionismo que teve a mais completa consagração. A evolução económica dos últimos cinqüenta anos traduziu-se num recúo geral do liberalismo sem que o socialismo passasse a ser o beneficiário pois (pelo menos nos países ocidentais) não conseguiu triunfar em nenhuma parte.

Mas o próprio êxito que tiveram os intervencionistas levou-os também a rever os

fundamentos da sua doutrina e desenvolver o seu programa. Sendo uma solução intermediária, o intervencionismo corre o risco de falta de unidade e de ser apenas uma mistura um pouco heterogénea de elementos fornecidos pelas duas teses opostas do liberalismo e do socialismo. Poder-se-lhe-á corrigir êste defeito dando-lhe um fundamento autónomo ?

No final do século passado Léon-Bourgeois tentou fazê-lo criando o solidarismo. Pela noção do **quási-contrato,** Léon Bourgeois julgou ter encontrado uma justificação doutrinal da legislação social e fiscal em favor das massas. Na verdade, a sua teoria era mais brilhante do que sólida e, depois de um curto período de voga, o solidarismo foi ràpidamente esquecido.

No entanto o programa que tinham defendido os seus protagonistas realizou-se pouco a pouco, em França e noutros países, sob a forma de imposto pessoal e progressivo sôbre o rendimento, leis sôbre a reforma dos operários, seguros sociais, limitação das horas de trabalho, etc.

A Grande Guerra de 1914, e depois a depressão mundial, vieram por seu lado contribuir para reforçar a doutrina intervencionista. Esta, tornando-se mais ambiciosa, ocupou-se dos problemas mais delicados e

mais gerais da vida económica : regulamentação dos preços, vigilância autoritária das condições da oferta e das correntes da procura, etc.

Da intervenção passa-se progressivamente para a economia dirigida, cujo resultado último é a **planificação**. Chegado a êste ponto o intervencionismo encontra o colectivismo, pois a **planificação integral** não é mais do que um nome novo dado ao colectivismo autoritário.

Mas os doutrinários da economia dirigida não vão, geralmente, tão longe ; procuram manter uma posição intermediária entre o liberalismo e o socialismo e pretendem apenas dar ao Estado um poder muito amplo da coordenação e de contrôle em relação às actividades privadas mantendo o princípio da propriedade privada e o regime da emprêsa capitalista.

O RENASCIMENTO DA IDÉIA CORPORATIVA

Para complemento indispensável do exame do estado actual do pensamento económico resta-nos referir, ainda que de uma forma sucinta, o renascimento a que a nossa época assistiu da velha idéia corporativa gerada no seio da sociedade medieval e posta fora da lei pelos homens da Revolução francesa.

É do conhecimento de todos que desde a Idade Média até o triunfo das idéias liberais as fôrças do trabalho se achavam organizadas segundo um sistema corporativo. Êsse sistema de corporações ou grupos profissionais era porém bem diverso do moderno corporativismo, se bem que se baseasse no mesmo princípio fundamental da organização do trabalho.

As velhas corporações correspondiam a uma economia principalmente **artesanal**, ou seja a uma economia da pequena oficina em que patrão e operário actuavam numa comunhão de trabalho. Os operários, a que se chamava então **companheiros**, não estavam, como em nossos dias, aglomerados em gran-

des conjuntos, nem possuíam uma consciência perfeita da sua solidariedade. Tinham com o patrão uma certa comunidade de existência e por vezes comiam à mesma mesa. Estavam unidos a êles por laços religiosos da confraria e tinham a perspectiva de se tornarem um dia patrões. As noções medievais, que sobreviveram durante a Idade Moderna até as vésperas da Revolução Francesa, do **justo salário** e do **justo preço** asseguravam aos trabalhadores uma remuneração decente e estável. O conjunto da vida económica marchava num ritmo lento e uniforme que garantia os patrões e operários contra súbitas transformações e, à falta de riqueza, dava-lhes a segurança de uma vida calma e tranquila.

A simples evocação desta atmosfera é bastante para evidenciar o contraste dessa época com a que hoje vivemos.

Seria absurdo querer transportar as velhas corporações doutros tempos para o mundo do grande capitalismo e da produção mecanizada e concentrada dos nossos dias. No entanto há alguma coisa que podia e foi aproveitada da experiência corporativa do passado. Suprimindo as corporações em vez de as reformar a Revolução Francesa foi longe demais, privando a vida económica de uma armadura jurídica indis-

pensável, tendo sido necessário rectificar hoje a sua obra e a sua doutrina nêste ponto.

Em que consiste pois o corporativismo moderno? Qual o seu princípio? E em que pontos pretende modificar o regime económico actual?

A característica essencial do corporativismo é a idéia de que todos os que participam no exercício de uma profissão determinada (quer sejam patrões, técnicos ou operários) formam um **corpo** ao qual o Estado deve reconhecer o carácter de uma instituïção de direito público.

Para esclarecer esta noção um pouco abstracta convém precisá-la mais por contraste.

Segundo os princípios liberais da Revolução Francesa não poderia existir nenhum corpo intermediário entre os indivíduos e o Estado. Dever-se-ia deixar ao cuidado dos patrões e operários, considerados individualmente, celebrarem entre si convenções livres e de carácter privado. Do mesmo modo as relações entre produtores e consumidores deveriam ter um carácter meramente individual e regularem-se por regras de direito privado. Qualquer reünião ou qualquer coligação entre patrões ou entre operários era condenável, por oferecer o risco de um renascimento velado das velhas corporações.

Êste estado de espírito foi-se atenuando à medida que o século XIX avançava. Foram surgindo leis por tôda a parte que permitiam a formação de grupos patronais ou operários, mas êstes grupos conservavam o seu carácter meramente facultativo e privado. Os poderes públicos toleravam-nos mas não os favoreciam. As regras estabelecidas por êstes agrupamentos patronais ou operários — o que é fundamental — não se aplicavam de nenhum modo àquêles que faziam parte do agrupamento. O sistema repousava inteiramente sob o duplo signo da liberdade e do contrato.

O corporativismo moderno coloca-se numa posição diametralmente oposta a êste regime jurídico individualista.

Pretende organizar as profissões transformando-as em corpos intermediários entre os indivíduos e Estado. Os dois pilares desta organização são fornecidos pelo elemento patronal, por um lado, e por o elemento trabalhador, por outro. As decisões tomadas pelos organismos que constituem êste sistema são aplicáveis a todos os indivíduos que exercem a mesma profissão que o organismo representa.

As virtudes dêste sistema de organização económica, que por um lado põe côbro à anarquia do sistema liberal e às tremendas

injustiças sociais que origina e por outro defende o indivíduo de uma absoluta absorpção pelo Estado, como resulta do sistema colectivista, são enormes e mais se evidenciam se o confrontarmos com o **liberalismo,** o **estatismo** e o **sindicalismo.**

O regime corporativo possui o mérito essencial de assegurar a **ordem,** a **disciplina** e a **justiça** ao passo que o regime económico liberal, segundo nos ensina a experiência longa e dolorosa, é um factor de **anarquia,** de **desequilíbrio** e de **instabilidade.** Basta recordar, para nos convencermos dêstes factos, a miséria dos operários nos princípios da era capitalista, a exploração dos consumidores pelos **trusts** capitalistas na época contemporânea, a renovação periódica das crises e o cortejo de males que consigo trazem. No regime individualista e liberal cada chefe de emprêsa, movido pelo impulso do lucro, produz aquilo que quere, como quere e onde quere, sem que qualquer autoridade superior se preocupe em saber se a soma de todos êstes esforços particulares produz um resultado que se adapte às necessidades e ao poder de compra dos consumidores e sem que qualquer plano de conjunto faça subordinar as actividades particulares ao bem comum e limitar o prosseguimento do interêsse privado pela consideração do interêsse

nacional e a preocupação da justiça social.

No regime corporativo a disciplina da profissão é garantida pelo agrupamento dos chefes das emprêsas por profissões e regiões e pelas suas decisões colectivas, às quais os esforços individuais e as iniciativas particulares se devem subordinar. Esta disciplina opera tanto na ordem **quantitativa** como na ordem **qualitativa.** Ela cuidará em que as quantidades produzidas se ajustem às necessidades existentes e afastará, por conseguinte, o perigo da sôbre-produção, isto é, da produção em excesso e, por outro lado, evitará a falsificação dos produtos defendendo a honra profissional e refreando as tentações do espírito de lucro quando elas se exerçam à custa da saúde dos consumidores ou da dignidade dos trabalhadores.

Esta obra necessária de organização e disciplina é conseguida, no sistema corporativo, pela acção dos próprios interessados. Êste facto constitue uma segunda virtude do sistema sobretudo se o confrontarmos com o sistema **estatista.**

Quando os poderes públicos tentam reagir contra a anarquia individual e liberal lançando sôbre as actividades privadas uma rêde de leis e regulamentos, os produtores só de má vontade aceitam estas limitações da sua liberdade. Protestam sobretudo contra

o facto delas emanarem de homens e assembléias que não estão preparadas para essa função, que não podem compreender os seus problemas. O sistema corporativo dá uma perfeita solução a êste conflito. Se os próprios interessados, patrões e operários tiverem, por regiões e profissões, isto é, na esfera que lhes é familiar, a missão de regular as questões económicas e sociais, não haverá maiores probabilidades de as suas decisões se adaptarem melhor às situações? E os chefes das emprêsas não se submeterão mais fàcilmente às limitações e restrições que lhe serão impostas se elas emanarem da profissão à qual pertencem, tendo participado na sua elaboração e discussão? A vantagem do sistema corporativo é, neste campo, nítida e absoluta pois realiza a auto-administração dos interêsses económicos.

Finalmente o corporativismo mostra-se superior ao sindicalismo, sistema em que o sindicato independente e facultativo decide por si só das regras a aplicar a um grupo profissional que êle não representa na totalidade. A acção dos sindicatos dêste tipo, que existiam em grande número na França de antes da guerra, achava-se viciada e a sua eficácia era muito reduzida em virtude do seu estatuto jurídico e do seu ambiente psicológico. Sendo facultativos e diversos, ne-

nhum dêles podia representar o conjunto dos operários e dos patrões duma profissão ou de uma região. Por outro lado separavam-nos diversas ideologias políticas, que desviavam as suas actividades do campo económico e técnico para os lançar em discussões e em lutas estéreis. Sobretudo, os sindicatos patronais e operários apresentam-se uns em face dos outros com a representação de fôrças opostas e hostis, de modo que, quanto mais se desenvolvem, mais fomentam a luta de classes.

Reünindo numa acção coerente e numa formação única, todos os patrões e operários, a **Corporação,** pelo contrário, terá um valor representativo e um poder de acção que lhe permitirão falar com a necessária autoridade. Nos diversos estadios — local, regional e central — da organização corporativa são lançadas pontes entre o pilar patronal e o pilar operário. Adquirir-se-á o hábito de examinar e de discutir as questões em comum ; compreender-se-á a convergência dos interêsses patronais e operários no seio da profissão ; e verificar-se-á que as diversas profissões são partes de um conjunto e que cada uma delas beneficiará da prosperidade e da fôrça do país a que pertencem. Assim a Corporação, em lugar de atiçar a luta de

classes, servirá para estabelecer a concórdia e robustez nacional.

Sendo estas as virtudes capitais do sistema corporativo qual será porém o seu papel no mundo que surgirá depois da actual guerra e que todos anseiam que seja uma era nova ?

O corporativismo, se nasceu da necessidade de resolver inumeras dificuldades que nos legou a guerra de 1914, adquirirá um novo valor e ser-lhe-á feita melhor justiça, na futura época de paz.

Se a guerra de 1939 veio mais uma vez demonstrar o valor do princípio da organização a que todos os povos tiveram de se subordinar para criarem as energias necessárias para a luta, ela veio, por isso mesmo, fornecer um novo prestígio ao sistema corporativo que é o sistema baseado no princípio da organização de tôdas as fôrças económicas. Mas, sobretudo, as conseqüências inevitáveis da conflagração actual, que já se podem vislumbrar, é que virão pôr em relêvo o papel fundamental que o corporativismo poderá vir a ter no mundo de àmanhã. Como remédio contra a anarquia económica, por um lado, e defesa contra a inteira absorpção do indivíduo pelo Estado, por outro, o sistema corporativo poderá vir a desempenhar no após guerra um papel capital na

reconstrução do mundo devastado pelas calamidades da luta. As crises de tôda a ordem que hão-de sobrevir, e que até já se avizinham, porão o mundo perante um terrível dilema: ou a anarquia desoladora e impotente ou a opressão degradante e absoluta do Estado. Entre êstes dois perigos, o corporativismo surgirá como uma forma de salvaguardar os direitos fundamentais da pessoa e apresentar-se-á como o último reduto da liberdade e da dignidade humana.

ÍNDICE

Pág.

Introdução 5

Escolas precursoras e criadoras da Economia Política

O mercantilismo 9

A escola fisiocrática 12

Adam Smith 16

O liberalismo económico

A escola liberal inglesa 19

A escola liberal francesa 23

A reacção contra a escola liberal

A escola histórica 25

A doutrina da economia nacional 28

O intervencionismo 30

O socialismo idealista 36

O socialismo chamado «científico» 41

Estado actual do pensamento económico

Crise e revisão do liberalismo 47

Crise e revisão do socialismo marxista 51

Estado actual das doutrinas intermédias

O catolicismo social e o intervencionismo 57

O renascimento da idéia corporativa 61

Oficinas Gráficas
Casa Portuguesa
R. das Gáveas, 103
L I S B O A